

INDIVIDUAÇÕES IMPOSSÍVEIS. CORPO, ÓRGÃOS E FERIMENTO NO ACESSO À TÉCNICA EM GILBERT SIMONDON

por

Inês Leão*

Resumo

A obra de Gilbert Simondon inaugura, definitivamente, um novo campo de pensamento da individuação: a individuação como corpo técnico e processo inacabado. A técnica surge como condição indispensável para se pensar a individuação e as suas singularidades (psíquicas e colectivas), não somente sob o ponto de vista do indivíduo no mundo, como também do Ser lançado no mundo. A individuação como corpo técnico traduz o seu inacabamento, expressando, simultaneamente, a sua condição farmacológica (técnica como *pharmakon*), e, como tal, a sua vulnerabilidade, face às exigências externamente colocadas ao processo de socialização da técnica (gramatização), cujo último estágio tem sido definido como proletarianização (i.e., destruição da atenção, da memória e do desejo). Assim, este artigo propõe a discussão e a caracterização das modalidades globais de influência do regime de individuação, consideradas a partir do sentido e da direcção dos seus produtos [i.e., corpos de desejo (organologia geral) versus corpos transtornados], em função da orientação da socialização da técnica (i.e., socialização pela via do desejo versus socialização pela via pulsional).

Palavras-chave

individuação

técnica

corpo

Abstract

The work of Gilbert Simondon opens up a brand new field of thought of individuation: the assumption of individuation as a technical body and as an unfinished process. This way, technique comes out as the very requirement to think individuation and its singularities (psychic and collective ones), not only from the point of view of the individual settled in the world, but also from the perspective of the being thrown into the world. Individuation conceived as a technical body appeals to its incompleteness, at the same time that it stresses out its pharmacological condition (technique as *pharmakon*), and so, shows its vulnerability to the demands externally posed to the socialization process of technique (grammatization), which the ultimate stage has been defined as proletarianization (i.e., the destruction of attention, memory and desire). Thus, this paper aims to discuss and characterize the global modalities that influence the individuation regimen – those that are taken from the sense and the direction of its products [i.e., bodies of desire (general organology) versus distraught bodies]-, according to the driving of the socialization of technique (i.e., socialization through the desire via versus socialization through the pulsional via).

Keywords

individuation

technique

body

* Doutoranda do Programa Doutoral em Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (E-mail: up120736009@letras.up.pt).

Il ne s'appartenait plus, il obéissait à ses muscles, à la bête enragée.

- Émile Zola, “La bête humaine” -

A possibilidade de compreensão da individuação como corpo técnico e, por isso, como corpo de desejo, capaz de produzir órgãos de fuga (insubmissos à sua colonização pela figura totalizante do organismo), parece estar, definitivamente, em risco. A afirmação do capitalismo financeiro como modelo económico e financeiro dominante – expressão acentuada no final da última década do séc. XX e revelada insustentável no começo do séc. XXI -, no qual o hiperconsumismo é sugerido como única via de relacionamento possível com o *real*, não conteve a manifestação do seu carácter auto-destrutivo (Stiegler, 2006a, 2010). Com efeito, conversão acelerada da actividade humana e social a critérios de utilidade e de rendibilidade, e a proposta da especulação [*capitalismo do desastre* (cf. Klein, 2008)] e do desinvestimento (*deséconomie*), como únicas regularidades possíveis, terminaram na promoção da socialização da técnica pela sua via pulsional, tóxica e adictiva, revista na cedência imperiosa às prescrições do *marketing* e das indústrias de consumo, orientadas para a privação de saberes (*bêtise*) e para a destruição sistemática da atenção, da memória e do desejo (*proletarização*), tendo assumido como consequência mais assinalável, a promoção da anulação da conflitualidade do regime de individuação, curto-circuitando os trânsitos (*relações transductivas*) entre os três níveis de individuação (nível técnico, nível psíquico e nível social) (Simondon, 1989a, 1989b; Stiegler, 2010a, 2012a, 2012b).

E é, justamente, no contexto da *proletarização* do corpo de individuação e do seu regime, revista na imposição à adequação do seu funcionamento aos ritmos de curto-prazo das *máquinas desejanças* (e.g., *marketing*, indústrias culturais), que importa problematizar o sentido e a direcção das modalidades possíveis de relacionamento do regime de individuação com o plano da imanência/consistência (cf. Deleuze & Guattari, 1972) nas sociedades ocidentais contemporâneas. Mais, torna-se urgente pensar o papel desempenhado pela técnica na organização e regulação de práticas de cuidado e conservação do regime de individuação enquanto *organologia geral* [i.e., um regime de individuação que é tornado corpo de individuação, a partir aquisição da consistência dos seus órgãos (nível técnico, nível psíquico e nível social) no plano da imanência], (Deleuze & Guattari, 1972, 1980; Stiegler, 2008a). Neste sentido, elegem-se seis eixos de acção fundamentais, a saber: (i) propor a individuação como regime irreparável de acontecimentos, atravessado por modalidades de energia, potência e intensidade (Simondon, 1989a); (ii) definir as exigências do funcionamento do regime de individuação na sua relação infinitamente anterior com o plano da consistência (Deleuze & Guattari, 1991); (iii) dar conta da indispensabilidade da técnica para se pensar a individuação, dito de outro modo, enunciar a técnica como movimento e suporte de fuga, como nó de linhas de fuga, e, desse modo, como condição e via inegociáveis de acesso à consistência (por oposição à subsistência) (e.g., contributos do processo de *gramatização* para a emancipação da espécie): a individuação como corpo técnico (Leão, 2011); (iv) definir e caracterizar a condição farmacológica da técnica, i.e., a técnica como *pharmakon* (Stiegler, 2010a); (v) pensar uma estrutura compreensiva da individuação como desdobramento do Ser em órgãos transcrita na sua organização em três níveis distintos, mas inter-dependentes, a saber: nível técnico, nível psíquico e nível social; (vi) propor, discutir e caracterizar duas modalidades globais de afectação do regime de individuação na sua relação com o plano da consistência, consideradas a partir do sentido e da direcção dos seus produtos [i.e., corpos de desejo (organologia geral) *versus* corpos transtornados], em função da orientação da socialização da técnica (i.e., socialização pela via do desejo *versus* socialização pela via pulsional).

Para a condução do traçado, e, até, para a discussão do plano de trabalhos acima referido, fundamentar-se-á a abordagem na obra de Gilbert Simondon (e.g., individuação como corpo técnico), e na sua actualização a partir dos contributos desenvolvidos por Gilles Deleuze (e.g., determinações da individuação como corpo para a relação com o plano da imanência/consistência), e por Bernard Stiegler (e.g., carácter farmacológico da técnica).

1. O corpo da individuação

O debate da individuação, das modalidades do seu regime, e da orientação dos seus produtos nas sociedades ocidentais contemporâneas, impõe, antes de mais, que se avance com uma proposta global de definição da individuação, a qual satisfaça a necessidade de problematização da sua estrutura e dos termos em que se torna, tanto quanto possível, pensável. Do mesmo modo, a proposta de definição da individuação deverá passar pelo esclarecimento da sua agenda, no que se refere, num primeiro momento, ao estatuto reservado para o indivíduo, e num segundo momento, à contextu-

alização da amplitude e do alcance da participação do indivíduo na construção de novos modos de vida, o mesmo será dizer, da capacidade do indivíduo se inscrever na história do processo de individuação, o que inclui suportar e corresponder às suas dinâmicas de *desterritorialização*, de fazer fugir um sistema, e de, a partir daí, traçar linhas de fuga num espaço liso, precipitando-o numa nova e irrepitível geografia (espaço estriado) (Deleuze & Guattari, 1980). Sobre este último aspecto, interessará particularmente para este trabalho, a problematização dos modos de apropriação do indivíduo, numa relação de mediação através da técnica (sendo a relação, ela mesma, técnica), dos fluxos de desejo lançados e actualizados na *realidade pré-individual* (estendida no plano da imanência/consistência), no sentido da construção de singularidades, as quais, por sua vez, determinarão a orientação e a configuração do corpo de individuação [corpo de desejo (*organologia geral*) versus corpo transtornado].

1.1. Ontogénese: descrição, potencial e meta-estabilidade

A elaboração de uma proposta de definição da individuação situa como começo, a sua afirmação enquanto sistema composto por um regime de intensidades, como desdobramento do Ser em extremidades sensíveis, conservadas no limite entre tensão e redistribuição incessantes de energia potencial, em estado irreparável de contracção e, por isso, de afectação com o meio (Simondon, 2010). Ora, propor a individuação como sistema composto por um regime de intensidades, assinala, desde logo, uma exigência de ruptura com as tendências tradicionais de investigação ontológica da individuação, uma vez que se acede à individuação como processo inacabado, e, sobretudo, como processo que não se dirige para um fim, nem tão-pouco se propõe sinalizar o seu começo – esta é a primeira das renúncias –, mas antes como um movimento de fuga, onde interessam os sentidos do fora, que a opção pela unidade não abraça (Deleuze & Guattari, 1980; Deleuze, 1990). E é somente a partir da aproximação à originalidade do pensamento e dos trabalhos de Gilbert Simondon, que a individuação se estabelece como processo inacabado e provisório e que recusa o finalismo da sua dedicação ao indivíduo (sujeito), ou ao dúplice *identidade-representação*; sob todas as coisas, persiste em Simondon, a noção de individuação como um sistema informado, porque vigilante e de apelo à retroversão insanável de *informação*¹ (Simondon, 1989a; Stiegler, 2006a). A compreensão da individuação como processo inacabado, estende ainda as suas determinações, no afastamento de uma concepção histórica sequencial, linear, e imperturbavelmente ordenada por etapas reversíveis e consequentes, uma vez que, a opção pelo inacabamento e irresolução da individuação descreve e valoriza a multiplicidade e a variação de um movimento inteiro e sem representação, pois, trata-se sempre de traçar um plano que não tem mais dimensões do que aquilo que o percorre, o que não remete para um estado anterior de organização, mas para a instabilidade e provisoriedade permanentes dos seus termos, enfim, para a irredutibilidade da transformação que promove e de que é, simultaneamente, produto (Combes, 1999; Debaise, 2004; Simondon, 1989a).

A concepção de individuação elaborada por Gilbert Simondon, e todo o argumento que a acompanha acerca da constituição do Ser, permanece distante de uma aceitação sem resistências, na medida exacta em que consiste num questionamento aberto às concepções *monista* e *hilemórfica*², as quais apenas consideram a possibilidade de investigação e

¹ Será útil proporcionar um breve esclarecimento acerca da intencionalidade que a noção de *informação* desempenha na obra de Simondon, no sentido de se reduzir a ambiguidade dos seus sentidos de apropriação comumente atribuídos à sua função [e.g., transmissão de sinais (concepção tradicionalista) versus transformação de sinais e construção de novas localidades do sentido]. Assim, em Simondon, a *informação* não é acedida como uma unidade de troca e de modulação de uma estrutura passiva de comunicação entre emissor-receptor, constituída por uma cadeia de unidades totalmente discretizáveis, mas como a operação de um acontecimento que chegado a um sistema produz uma transformação. Contudo, trata-se de uma transformação distinta da conversão de uma unidade de grandeza noutra unidade de grandeza por acoplamento, ou por combinação linear de dois sinais, em que ambos preservam as suas propriedades até ao momento da conversão, na medida em que a chegada do acontecimento ao sistema, é já ela transformação do receptor pela realidade incidente: “(...) *la réalité locale, le récepteur, est modifié en son devenir par la réalité incidente, est c'est cette modification de la réalité locale par la réalité incidente qui est la fonction d'information.*” (Simondon, 2010, p.159).

² Embora a contextualização raízes do *monismo* e do *hilemorfismo*, e a exploração profunda e sistemática das suas agendas para a problematização do Ser, não tenham lugar neste trabalho, na medida em que não constituem um dos seus objectos ou um dos seus objectivos, acredita-se que a contextualização dos trabalhos de Gilbert Simondon poderá beneficiar de uma breve exposição das principais premissas das concepções *monista* e *hilemórfica* do Ser, o qual, em ambas, é indistinto da noção de indivíduo. Assim, para a concepção *monista*, o indivíduo é assumido como uma unidade indivisível, que remonta, regressivamente, a uma unidade pré-perceptiva, ou seja, o indivíduo constituído é o relato de uma essência, para a qual ele é sempre remetido, fazendo sobressair o carácter substancializante ou essencializante desta perspectiva (Combes, 1999; Simondon, 1989a). Por sua vez, à concepção *hilemórfica* assiste a experiência do indivíduo como um composto, resultante da combinação ordenada de duas essências vitais: matéria (*hylé*) e forma (*morphé*); algo que para além de limitar o indivíduo e as considerações sobre a sua constituição ao dualismo *forma-matéria*, afirma a insuperabilidade dessa limitação, na medida em que a realidade fractal e dual do Ser dispõe um outro problema anterior: a determinação da realidade que recebe a forma e da realidade que contém a forma (Simondon, 1989a;

definição da individuação a partir de uma fundação ontológica do Ser, sendo que em ambas está presente a convicção de que existe um princípio de individuação - tutelado pela noção primeira de indivíduo constituído -, anterior à operação de individuação, através do qual se concluiria a individuação como fenómeno a explicar a partir da noção primeira de indivíduo constituído (Simondon, 1908a). Com efeito, a tradição ontológica de investigação da individuação, representada tanto pela perspectiva *monista* (substancializante) (i), como pela perspectiva *hilemórfica* (reificante) (ii), o primado ontológico do indivíduo (sujeito), transcreve a individuação como um acontecimento posterior e tardio ao Ser, ignorando e desvalorizando a operação de individuação, e o dinamismo de transformação que a sua descrição comporta: (i) no monismo a individuação é resumida ao percurso inalterado da relação previsível entre o Ser e a sua unidade e essência pré-perceptiva constituinte (átomo), tratando-se de um processo reversível, e, como tal, portador e antecipador de todos os designios do indivíduo; (ii) na concepção hilemórfica, apesar do dualismo *forma-matéria* poder fazer supor o indício de algum dinamismo, termina por esgotar e eliminar a conflitualidade das suas forças, no arranjo dualista óptimo entre *forma e matéria*, um processo que sendo eleito como anterior à individuação, resultará no seu decreto pela noção de indivíduo constituído (Simondon, 1964, 1989a). Em síntese, a tradição ontológica de investigação da individuação, promete a individuação ao indivíduo, o mesmo será dizer, o indivíduo é configurado como o centro explicativo de todo o processo de individuação, e, por sua vez, a individuação como um acontecimento subalterno, secundário e localizável no instante seguinte à constituição do indivíduo.

A partir deste momento, estão reunidas as condições para se destacar, sem retorno, a ruptura e radicalidade que representam os trabalhos de Gilbert Simondon, nomeadamente no que se refere ao abandono e inversão da marcha tradicionalista das tendências de investigação ontológica, e a opção pela entrega da individuação e do seu estudo ao incurso pela ontogénese do Ser (por contraste a uma ontologia) (Combes, 1999; Leão, 2011). Uma opção que confere à individuação o estatuto de objecto de estudo, reconhecendo-a como a realidade que interessa estudar, e que, note-se, ao invés de rejeitar os termos em que foi pensada, acolhe-os e compromete-se a refundar o seu sentido, alterando, para tal, o trânsito do processo de individuação, *i.e.*, a ontogénese investe os seus esforços de investigação na descrição da operação de individuação, na qual os termos da relação não mais a precedem, mas ocorrem-lhe, deixando de suportar a oposição clássica entre Ser e *dever*, porque a operação de individuação rompe por todos os lados. O princípio de individuação deixa de presidir à operação de individuação, e de se exprimir como um co-relato da essência do indivíduo, e passa a ser um movimento dilatado, que se precipita à medida que atravessa, lentamente, a operação de individuação, reformulado nela e com ela, a cada vez, os seus termos. Em Simondon, acede-se a uma nova ordem de investigação da individuação, uma ordem de vivência e de expectativa, a qual pode ser enunciada do seguinte modo: *princípio de individuação – operação de individuação – indivíduo constituído*; a individuação passa a implicar uma duração, ou se se preferir, um momento angular, cuja velocidade do complexo revoltoso nos três momentos compõe a sinuosidade do Ser (Combes, 1999; Simondon, 1989a).

Porém, daqui não se extraia que a nova ordem e a duração da individuação sugerem, em algum momento, que o processo de individuação concorre e se dirige no sentido da constituição do indivíduo, ou que o produto exclusivo da individuação é o indivíduo constituído. Pelo contrário, a ordem sugerida por Simondon e desenvolvida a partir da opção pela ontogénese, contribui, activamente, para a compreensão do indivíduo como um dos produtos e, simultaneamente, como um dos termos do processo de individuação (Hottois, 1993; Simondon, 1989a). Mais, o processo de individuação passa a ser acedido como um regime de vias inéditas de relação e transformação do *real*, estando a operação de individuação orientada para o desdobramento irrepitível do Ser em fases (*déphasage*), sendo o indivíduo apenas uma dessas fases, em que a estrutura do Ser se distribui e se reparte ao longo do tempo (Combes, 1999). A aproximação à individuação como desdobramento do Ser em fases, alerta, ainda, para um outro ponto de viragem na investigação da individuação: a designação da *realidade pré-individual*; a duração do Ser em fases, sinaliza a suspensão e descendência de toda a revolução do Ser, relativamente a uma realidade que o precede, mas que sendo anterior não o determina, mas recorda-o da totalidade das suas potencialidades (Simondon, 1989a). Isto porque, a *realidade pré-individual* consiste na organização original do Ser em que não há fases, apenas potenciais, um plano de *super-saturação*, em que a polaridade indivíduo-meio ainda não existe (Simondon, 1964, 1989a). Assim, além de não se conceder ao indivíduo (Ser individuado) um estatuto privilegiado no processo de individuação, conclui-se a sua condição duplamente relativa, na medida em que, por um lado, o indivíduo não constitui a totalidade do Ser, e, por outro, porque a tensão dos seus potenciais se relaciona sempre com um estado, no qual não existia nem como indivíduo, nem como princípio de individuação (Simondon, 1964).

Virno, 2004).

A individuação, a partir da fundação de um ponto de vista ontogenético, define-se, finalmente, como a aparição de fases no Ser (*déphasage*), que são, atente-se, as fases do Ser (Simondon 1989a); é, precisamente, o desdobramento irreparável do Ser em fases, que torna inevitável a compreensão do sistema de individuação, como sistema inacabado, em estado de tensão e conflito permanente, no qual o *devoir* é incluído como dimensão do Ser, que providencia a introdução de novas problemáticas vitais, organizando, desse modo, a actualização sucessiva das potencialidades e incompatibilidades dos diferentes estados do Ser [e.g., estado homogéneo inicial de *super-saturação* (realidade pré-individual); polaridade indivíduo-meio], promovendo o surgimento de novas estruturas de participação no Ser, i.e., novas fases. Portanto, ao *devoir*, enquanto dimensão do Ser, compete a conservação deste, ao longo da sua aparição em fases, o que implica providenciar, a cada momento, trocas sucessivas entre estrutura e operação, sustentando a tensão e conflitualidade que contém cada fase de individuação (Simondon, 1989a, 2010).

Neste ponto, torna-se impossível ignorar o sentido completo em que Simondon inaugura um novo campo de pensamento para a individuação (agora, inseparável do Ser), ao mesmo tempo que formula os termos para o pensar, pois, a síntese da individuação como sistema inacabado, em que o princípio de individuação aglutinado no e com *devoir*, opera na proximidade da conservação da realidade conflitual das fases do Ser, algo impensável a partir dos dualismos ontológicos, que apenas concebiam os equilíbrios como alternância entre estados inconciliáveis (e.g., repouso-movimento; estabilidade-instabilidade) (Leão, 2011; Simondon, 1989a). Com efeito, para se pensar o dinamismo da individuação transposto pela *déphasage* do Ser, no contexto da opção pela ontogénese, torna-se indispensável o recurso a equilíbrios de uma outra ordem, que correspondam à expectativa e capacidade de admissão de novas problemáticas no Ser. E a ordem de equilíbrio que a ontogénese reclama é a *meta-estabilidade*, sendo que os equilíbrios que formula (equilíbrios meta-estáveis), fluxos contínuos de actualização da energia potencial (E_p ³) de cada uma das fases, e entre o ritmo de composição de cada uma das fases. Os equilíbrios meta-estáveis renovam as possibilidades do Ser, anunciadas pela realidade pré-individual, colaborando na conservação da individuação como regime de equilíbrios precários (fases ou equilíbrios meta-estáveis), ao invés de optar pelos avisos e constrangimentos que representa a opção tradicional pela unidade e pela identidade (remissiva a equilíbrios estáveis), e pelo esgotamento de todos os potenciais. De facto, resumir a dinâmica do processo de individuação, e a sua história, numa trajectória linear e previsível orientada para a tarefa de promoção de equilíbrios estáveis no Ser - como era ambição contida nos dualismos ontológicos -, mais do que inadequado, seria desactualizado, para se pensar o rigor de um sistema vivo como o da individuação, na medida em que para além de, como referido, se esgotarem todas as forças contidas na conflitualidade que assiste à diferença de potenciais em cada fase do Ser, a manutenção de sucessivos equilíbrios estáveis, anularia o *devoir* como dimensão e como operador da individuação, afirmando a sua intolerância à polaridade *indivíduo-meio* (Combes, 1999; Simondon, 1989a). Como alerta Simondon (1989a, p.15) '(...) *l'équilibre stable exclut le devenir, parce qu'il corresponde au plus bas niveau d'énergie potentielle possible; il est l'équilibre qui est atteint dans un système lorsque toutes les transformations possibles ont été réalisées et que plus aucune force n'existe (...)*'.

1.2.Órgãos em relação

Na individuação a situação é sempre a do ferimento, a necessidade de rasgar, sem volta, o tecido de um *corpo-sem-órgãos*, e de o fazer fugir, i.e., trata-se sempre de socializar o corpo de individuação radical, um corpo sem fases (porque situado na *realidade pré-individual*), de o arrastar para os limites da transformação dos *potenciais-em-individuação*, de o associar a uma relação com o meio, enfim, de o fazer produzir (Deleuze & Guattari, 1980; Stiegler, 2008a). Uma situação que não termina após a realização da individuação vital (irrompimento do indivíduo a partir da individuação do Ser *pré-individual*), na medida em que o indivíduo, enquanto fase e equilíbrio meta-estável, precário e nunca resolvido, depende, directamente, da conservação e da alimentação de trânsitos recorrentes de actualização dos seus potenciais na *realidade pré-individual* (relações *transductivas*), viabilizados por uma operação que Simondon designou por *ressonância interna*, a qual consiste num duplo movimento de amplificação e condensação de informação potencial das estruturas de individuação, que sustém a sua conflitualidade e tensão (Simondon, 1989a, 2010). De facto, a *ressonância interna* assegura a vigilância do Ser e o seu comprometimento com as solicitações do meio, e, sobretudo, concretiza a individuação

³ A energia potencial (E_p) é a forma de energia que se encontra num determinado sistema e que pode ser utilizada a qualquer momento para realizar trabalho (W).

como *participação-em-contexto*, donde se percebe, facilmente, que a insuficiência e o fracasso que qualquer tentativa de totalização do sistema de individuação a uma agência exclusivamente individual (mesmo que só conseguida sob hipótese), dado que a actualização sucessiva de potenciais – no quadro do investimento contínuo na *realidade pré-individual* –, apenas desperta e faz sentido no âmbito das novas problemáticas vitais (*déphasage*), elaboradas pela polaridade *indivíduo-meio*.

Afigura-se, assim, fundamental sublinhar que toda a individuação é, na verdade, uma *co-individação*, uma vez que a vitalidade do seu regime se debruça, sem alternativa, nas possibilidades oferecidas pela polaridade *indivíduo-meio*, ou seja, pelo quadro de negociação permanente do estatuto de cada fase (neste caso, o indivíduo) com o meio, o qual, por seu turno, integra a realidade de outros indivíduos. Desse modo, o sentido da individuação como *co-individação*, atinge-se na compreensão da individuação como o território em que dois ou mais indivíduos se constituem pela negociação dos seus estatutos (*trans-individação*), ressaltando, então, a especialização da individuação como, simultaneamente, individuação psíquica ('eu') e individuação colectiva ('nós'), constituindo um complexo de promoção de realidades individuais e colectivas (Stiegler, 2006a, 2010).

A individuação só existe como negociação, como ferimento e afectação pelo meio, mas não no sentido comum de uma inter-individualidade satisfeita num *equilíbrio estável*, numa convivência trivial de significações (trivial como é, de resto, toda a significação acometida por um significante), mas uma negociação que produz resistência, que nunca se resolve e que se desmembra a favor da pluralidade dos seus órgãos, ou seja, a individuação, defendida como negociação, recusa a soberania do organismo sobre os órgãos do corpo (Deleuze & Guattari, 1972, 1991). A partir da polaridade *indivíduo-meio* que percorre o tecido da individuação no exercício da negociação do estatuto das suas fases, multiplicando-a no e com o devir em individuação psíquica e individuação colectiva, é possível identificar a insinuação da estrutural formal da individuação, uma síntese que se deve, sobretudo, aos trabalhos desenvolvidos por Bernard Stiegler (2010), e cujo primeiro momento de formulação associa a composição da individuação em dois níveis distintos, a saber: (i) o nível psíquico (emergência da figura do *eu*, no curso da individuação psíquica), e (ii) o nível social (emergência da figura do *nós*, no curso da individuação colectiva). Contudo, a leitura da individuação a dois níveis não seria viável, pois, como já se sublinhou, na individuação não se trata tanto de troca de informação entre duas ou mais entidades, mas de transformação, de transferência e de fuga, algo que apenas se cumpre na insinuação de um terceiro nível de individuação: (iii) o nível técnico (Simondon, 1989a, 1989b; Stiegler 2006a, 2010). O nível técnico (iii), decorre, ele mesmo, da mediação e suporte históricos que a técnica realiza, não somente entre os diferentes níveis de individuação (circuitos *trans-individuantes*), mas entre os estados anteriores de individuação, através da promoção e da actualização de potenciais na *realidade pré-individual*, pois, a técnica e os objectos que supõe, representam, antes de mais, a *exteriorização* ou *artificialização* da memória humana e social, um prolongamento da existência por outros meios que não a vida, sintetizando em cada *equilíbrio meta-estável*, novos modos de relacionamento com o mundo, conferindo sentido aos diferentes produtos da *co-individação* (Auroux, 1994; Leroi-Gourhan, 1945; Simondon, 1989b; Stiegler, 2005/2006).

O nível técnico surge e estrutura-se no tempo, em que a estrutura articula os outros dois níveis de individuação, e ao precipitar-se como tensor, interessa-lhe o deslocamento e a convulsão do Ser em intensidades⁴ (Combes, 1999; Simondon, 2010). O corpo da individuação transita, gradualmente, de um *corpo-sem-órgãos* para um tecido desdobrado em órgãos - compostos por fases (*equilíbrios meta-estáveis*) -, cuja afinidade os reúne em três níveis organológicos, elencados como segue: (i) nível psíquico; (ii) nível social e (iii) nível técnico (Simondon, 1989b; Stiegler, 2006a, 2010). Todavia, será conveniente sublinhar, a artificialidade da proposta de sistematização da individuação numa estrutura formal concretizada em três níveis organológicos [(i) nível psíquico, (ii) nível social e (iii) nível técnico]; a compartimentação sem vestígio da individuação não passa de uma intenção, que apenas é sustentável do ponto de vista analítico, visto que a vitalidade do sistema de individuação – um sistema sob a condição da manutenção e provocação de novos *equilíbrios meta-estáveis* -, depende da regulação de trânsitos de influência recorrente entre os diferentes níveis (Stiegler, 2006a, 2010). Desse modo, a viabilidade da proposta de uma estrutura formal do sistema de individuação é, unicamente, achada na compreensão do carácter distinto, mas inter-dependente dos seus níveis organológicos. A estrutura organológica do sistema de individuação, não actua no sentido da convergência e do arranjo conveniente (ou, até, da submissão), dos seus

⁴ Tal como em de Gilles Deleuze, o termo *intensidade* sobressai, aqui, por contraste com a *extensividade*, como modalidade alternativa para se pensar a *produção*. Enquanto a *extensividade* se refere a magnitudes (*e.g.*, comprimentos, áreas e volumes), as quais podem ser espacialmente sub-divididas, a intensidade refere-se a quantidades (*e.g.*, temperatura, força, potencial), que escapam a essa sub-divisão, centrando a sua composição no sentido e, quando possível, na direcção do seu movimento (*e.g.*, é possível dividir um volume em duas metades iguais, mas o mesmo não sucede com a divisão de um determinado grau de temperatura) (Deleuze & Guattari, 1980; De Landa, 2001).

órgãos à noção de corpo ou organismo, pelo contrário, ao concentrar os seus esforços na conservação da tensão e da conflitualidade do Ser, a estrutura organológica da individuação desfaz o corpo em órgãos, suspendendo-os e articulando-os sempre em relações delicadas de afectação e de modelação da *realidade pré-individual* (Stiegler, 2008a).

2. O corpo técnico: gramatização e a prótese infinita

O acesso à individuação como o processo segundo o qual o corpo se torna órgãos, através da re-activação dos potenciais do Ser-em-indivuação na *realidade pré-individual*, indícia que a conservação da estrutura organológica da individuação se relaciona com a capacidade do Ser individuado (Ser que realizou pelo menos uma individuação vital), em geral, e do indivíduo, em particular, adoptar, seleccionar e transmitir o seu património *epifilogenético* [i.e., um património acedido e regulado tanto do ponto de vista de um substracto filogenético (memória da espécie), como do ponto de vista de um substracto epigenético (memória do indivíduo)] (Stiegler, 2008b). Contudo, se é certo que a polaridade *indivíduo-meio*, da qual a individuação vital é, simultaneamente, operador e produto, favorece a *déphasage* do Ser, e a sua precipitação em órgãos, a mesma não garante a especialização do sistema de individuação na criação e renovação de vias de acesso à *realidade pré-individual* (património *epifilogenético*) (Stiegler, 2008b, 2010). A questão assume maior relevância, quando se destaca que a individuação não consiste na adaptação de um indivíduo a um meio (um meio que, não raras vezes, reporta a contextos desenvolvimentais pouco gratificantes), mas na selecção e adopção activas de informação e na sua actualização e revitalização no decurso da operação de transmissão (relações *transductivas*) (Leão, 2011).

Assim, o que periga é a possibilidade do indivíduo estabelecer circuitos *trans-individuantes* absolutamente longos, e de colocar em relação os produtos das múltiplas significações psíquicas e colectivas, ou seja, de possibilitar que indivíduos psíquicos (substracto epigenético) individuem colectivamente *realidades pré-individuais* (substracto filogenético) (Stiegler, 2008b, 2012a). Por conseguinte, a exigência da *meta-estabilização* dos produtos das individuações psíquicas e colectivas na radicalidade de potenciais da *realidade pré-individual* (património *epifilogenético*) reside no facto de a operação não se satisfazer no transporte de informação (admitindo a possibilidade de um transporte puro), mas de apelar e só se dar na estrutura de encontro em que consiste a apropriação criativa e selectiva o património mnésico, simbólico e cultural colectivo, através da provocação de novos equilíbrios *meta-estáveis* (fases), os quais passam a integrar activamente a estrutura e a memória do Ser, constituindo as suas singularidades (Stiegler, 2008b).

Mas, se a polaridade *indivíduo-meio* apenas lança o Ser no mundo, quais são as vias de instituição da singularidade do Ser? Como reconhecer as estruturas de diálogo e de *ressonância interna* com a *realidade pré-individual*? O que esperar da transitoriedade e fragilidade do Ser individuado face à exigência das condições admitidas para a construção de singularidades num contexto de descendência de um património mnésico, simbólico e cultural colectivo?

A operação de individuação - transcrita nos longos circuitos *trans-individuantes* de acesso e de transmissão do património *epifilogenético* - surge como uma operação de memorização. Deste último desenvolvimento, parte a conclusão de que a definição do campo e das condições de actuação do Ser individuado no sistema de individuação, e a extensão das suas forças, dependerão, forçosamente, da qualidade associativa dos seus meios, a qual se refere à capacidade de desencadear e de manter uma mediação simbólica com o meio (Simondon, 1989b, 2010; Stiegler, 2006b). Uma relação de mediação que, de acordo com Gilbert Simondon, é suportada pela técnica, afirmando a técnica como um dos *meios associativos*⁵ de referência para o processo de individuação (Simondon, 1989b, 2006; Stiegler, 2010a). Tal pode ser melhor esclarecido, recuperando a formulação da técnica e dos objectos que supõe como uma extensão e prolongamento (i.e., artificialização, exteriorização ou categorização) da vida e da memória humana e social, assegurando por essa via o relacionamento da estrutura global do processo de individuação (considerada nos seus diferentes níveis), com o plano da imanência (*realidade pré-individual*) (Stiegler, 2008a, 2010). A técnica constitui, portanto, a orientação exemplar dos produtos negociados entre três níveis organológicos da individuação, no sentido do compromisso com a transmissão de

⁵ Por *meios associativos* entende-se, antes de mais, contextos que integram activamente a polaridade *indivíduo-meio*, dispondo de uma mediação técnica que facilita e promove o estabelecimento de relações *trans-individuantes* (Simondon, 1989a; Stiegler, 2006). Mais precisamente, sabendo-se de antemão que a individuação não é um atributo do indivíduo ou do meio, a capacidade de manutenção e alimentação do sistema de individuação, no sentido da admissão de novas problemáticas vitais e, conseqüentemente, de provocação de novos *equilíbrios meta-estáveis*, está dependente da organização de condições singulares de encontro da relação entre o indivíduo e o meio, em que a negociação dos diferentes produtos se concretize numa operação de *co-indivuação*, ou seja, depende da qualidade associativa dos meios; os *meios associativos* caracterizam-se, pois, pela capacidade de regular a orientação do recurso à técnica no sentido de uma mediação simbólica eficiente, um assunto que será explorado mais sistematicamente na terceira secção deste trabalho (Combes, 1999; Stiegler, 2006, 2010a).

uma história individuada colectivamente⁶, sendo, por isso, possível afirmar que a técnica é um meio mnésico ou, mais precisamente, que toda a técnica é mnésica (Leroi-Gourhan 1945; Stiegler, 2010a).

A afirmação de que toda a técnica é mnésica torna-se mais acessível quando se pensa o seu papel ao longo da história da emancipação da espécie, a qual passou, necessariamente, pela elaboração de esforços no sentido da exteriorização da objectivação da memória humana. A transição qualitativa decorrida entre a construção de instrumentos de suporte de memória espontânea - como é o caso dos instrumentos líticos do paleolítico inferior, os quais não eram desenvolvidos com o propósito de servirem de dispositivos de armazenamento da memória humana (sob hipótese, poder-se-á sugerir o biface acheulense como exemplo ilustrativo) -, e a construção de objectos técnicos no paleolítico superior, os quais passaram a exhibir, intencionalmente, as suas propriedades mnésicas (*mnemotécnicas*), contextualizando o sentido e a direcção da relação simbólica do indivíduo com o meio, proporciona um quadro interpretativo da experiência da constituição mnésica da técnica (Leão, 2011; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009; Stiegler, 2010a).

No entanto, mesmo o último estágio de desenvolvimento da transição qualitativa do exemplo referido, compreendido como a confirmação de uma relação de intencionalidade na exteriorização da memória pela técnica, caracterizada pelo desenvolvimento de *mnemotécnicas*, surge, ainda, num contexto da necessidade de comunicação de saberes espontaneamente produzidos pela prática e decorrentes da necessidade imediata de *categorização* da realidade, sendo que o eixo de transição mais sensível no sentido da declaração das propriedades mnésicas da técnica se revê, sobretudo, ao nível das *mnemotecnologias*, cujos objectos técnicos acolham e favoreciam a elaboração de sistemas de comunicação assentes em saberes que resultaram, propositadamente, da *categorização* a partir de categorias já desenvolvidas (*meta-categorização*) (Auroux, 1994). A revolução tecnológica que representou o surgimento da *proto-escrita* no final do neolítico, e, mais tarde, a sua sucessão e especialização pelos primeiros sistemas de escrita, ilustra a transmutação entre *mnemotécnicas* e *mnemotecnologias*, uma transmutação em que objectos técnicos passam a proporcionar sistemas de notação, e como, tal, a actuar, declaradamente, no contexto da manipulação e interferência da realidade - a revolução tecnológica da escrita que representa a fundação de um novo estágio no processo de *gramatização*, *i.e.*, da história técnica da memória e da individuação (Derrida, 1967; Leroi-Gourhan, 1964; Stiegler, 1994).

O relato do processo de *gramatização*, acessível como especialização do humano e do social - registado ao longo do processo de hominização -, formaliza não só os objectos técnicos como próteses ou órgãos artificiais do corpo da individuação, como também formaliza o próprio corpo de individuação como corpo técnico. Daqui decorre que, o acesso à técnica como suporte do processo de *gramatização*, exemplificado pela mediação simbólica e histórica entre o indivíduo e o meio, através da viabilização da *meta-estabilização* dos produtos das *co-individações* num fundo mnésico colectivo (património *epiflogénico*), ao referir os objectos técnicos como órgãos artificiais (dispositivos mnésicos), facilita o reconhecimento da inscrição da individuação numa *organologia geral* (Stiegler, 2008a, 2010b).

O apelo a uma *organologia geral*, que contextualiza as dinâmicas do sistema de individuação inscritas no processo de *gramatização*, revela-se decisivo para a reivindicação da vivência múltipla e plural da individuação e do seu inelutável acabamento, pois mesmo que os órgãos artificiais da individuação disponham uma vivência assente na *prothéticité*, não é o corpo constituído que se ambiciona, mas, antes, o corpo desfeito em órgãos, que não abduquem de pulsar e ressoar em cada *equilíbrio meta-estável*, questionando sempre a sua estrutura de acolhimento, e permanecendo em relação no decurso dos circuitos de *trans-individação* absolutamente longos de actualização no fundo *epiflogénico* (*realidade pré-individual*) (Stiegler, 1994, 2010a). O que a individuação reclama é, justamente, uma articulação que conserve o Ser em tensão e em inacabamento, algo que só é permitido através da inscrição numa *organologia geral*, uma vez que esta ao se definir como uma teoria geral da articulação entre órgãos corporais (*e.g.*, cérebro, mão, sistema vegetativo), órgãos artificiais/ferramentas (*e.g.*, instrumentos e suportes técnicos da *gramatização*), e órgãos sociais (*e.g.*, família, instituições económicas), dirige-se a todas as dimensões da existência, conferindo coerência sistémica ao processo de individuação.

Em síntese, a composição da individuação como corpo técnico, e a sua inscrição progressiva numa *organologia geral*, concluem a técnica, e os instrumentos que supõe, como um nó de *linhas de fuga* (cf. Deleuze & Guattari, 1972, 1991), que arrastam e ferem um *corpo-sem-órgãos*, situado no plano absoluto da imanência (*realidade pré-individual*), um plano liso onde apenas existem exceções (*i.e.*, potenciais intocados e intensidades de grau zero: fases do Ser por

⁶ A história que a individuação, na sua relação constituinte com a *realidade pré-individual*, e como experiência das incontáveis e ir-repetíveis *co-individações*, não se permite aceder enquanto depósito ou registo passado, na medida em que a actualização dos seus potenciais só assume toda a força, quando integrada e concentrada no instante em que é re-activada numa selecção ou adopção específica que o Ser individualizado realiza na resolução de uma problemática vital (recordação da polaridade indivíduo-meio). O património *epiflogénico*, enquanto produto assinalável da história possível da individuação, é a própria cisão e ferida do *real*.

vir). A técnica, enquanto prótese infinita (porque, extensão e protensão de um desenvolvimento em promessa e, sempre, inacabado), é o ferimento irreparável, que rejeita as superfícies homogêneas do espaço liso, e que multiplicando o número de conexões de cada nível de divisão e distribuição do Ser em fases, e relacionando-o com o *real*, permite que o corpo ganhe, ao longo do plano da imanência, uma consistência e um estriamento propostos em órgãos (Deleuze & Guattari, 1980). O desafio maior da inscrição da individuação numa *organologia geral* é, pois, o de corresponder à *nomadologia* de sentidos de fuga de um corpo tornado órgãos (dinâmicas de *desterritorialização*), dito de outro modo, de sustentar a radicalidade de um percurso intensivo, de desdobramento sucessivo em estados de tensão permanente (*equilíbrios meta-estáveis*), suspenso em regimes de afectação e de negociação dos múltiplos produtos de outras individuações, elaborando, a partir daí, novas vias de acesso à *realidade pré-individual*, ou seja, sentidos de fuga que permitam a manutenção do relacionamento com o plano da imanência (*e.g.*, novos modos de vida; renovação de práticas de cuidado na relação com o saber) (Stiegler, 2006, 2008b). O corpo técnico da individuação, mais do que um corpo de fuga, é um corpo que faz fugir o sistema de individuação, e que recolhendo a técnica como dimensão de atravessamento do Ser, excede-o em novos filamentos de conexão, numa agência que mais do que alimentar *equilíbrios meta-estáveis* (existência), reúne, através lançamento de relações transductivas, a capacidade de transformar, ou melhor, de deformar o Ser em órgãos, a partir da selecção e adopção (*versus* adaptação) de novos modos de fazer mundos (consistência).

3. A condição farmacológica da técnica

A especialização do corpo de individuação como corpo técnico, e a sua elaboração organológica [acessível numa organização repartida por três níveis distintos e inter-dependentes: (i) nível psíquico, (ii) nível social e (iii) nível técnico], embora constituam requisitos indispensáveis para a projecção das extensões da individuação, no sentido da actualização dos seus potenciais num fundo *epifilogénico*, bem como para a transmissão deste por novas vias de comunicação (que são sempre vias de transformação), estão longe de estar garantidos (Stiegler, 2008b). Isto porque, a possibilidade de registo da composição do corpo em órgãos numa *organologia geral*, ou seja, numa teoria exemplar de articulação dos órgãos artificiais (objectos técnicos) da individuação, depende, directamente, da qualidade associativa dos meios, a qual deriva tanto da capacidade de estabelecimento de mediações simbólicas remotas (*relações transductivas*), como de aproximação sucessiva das extremidades sensíveis dos três níveis organológicos (circuitos *trans-individuantes*) (Stiegler, 2010a, 2010b). Ora sendo a técnica um dos meios associativos de referência, a variação da qualidade associativa dos meios irá decorrer do sentido e da direcção da orientação do recurso da técnica, na medida em que toda a técnica é um *pharmakon*, *i.e.*, o seu uso tanto pode funcionar como um remédio, como veneno (Stiegler, 2007).

Antes de se prosseguir a análise, convém esclarecer que a condição farmacológica da técnica, resumida na sua acepção como *pharmakon*, encontra fundamento nas suas propriedades *mnésicas*. A experiência da técnica como suporte do processo de *gramatização*, dado que os objectos técnicos actuam como extensões, prolongamentos e condutores da memória humana e social, instituindo-se como dispositivos de formalização (*discretização* ou *artificialização*) do saber, é elegível como o maior contributo para a definição da técnica como *pharmakon*, na medida em que contribui para recuperar e intensificar a tensão clássica entre *anamnésis* e *hypomnésis*, originalmente formulada por Platão (Stiegler, 2010a, 2010b). Uma distinção que se propunha a demarcar a oposição entre uma memória original do Ser (*anamnésis*), e, por isso, reportável ao verdadeiro saber (*logos*), e uma memória artificial do Ser (*hypomnésis*), porque resultante da tecnicização da memória original do Ser, e como tal representante de um falso saber (*teckné*) (Leão, 2010, Stiegler, 2007, 2010a).

A distinção entre *anamnésis* e *hypomnésis* e a sua imiscibilidade, contextualiza o seu motivo, na postura de reacção e resistência de Platão à tradição sofística, a qual era reconhecida por recorrer à técnica (*e.g.*, escrita, retórica), anunciando-a como transcrição exacta do verdadeiro saber, e reversível ao ponto de recuperar a memória original do Ser (Stiegler, 2010b). É face a esse contexto, e na tentativa de preservação na inacessibilidade e irredutibilidade da memória e do saber originais do Ser, para sempre irrecuperáveis, que a técnica é considerada como *hypomnématon*, os seus objectos (*mnemotécnicas* e *mnemotecnologias*), como *hypomnémata* (Stiegler, 2010a). Claro está, que reconhecido o propósito inicial do par de opostos *anamnésis-hypomnésis*, e a intencionalidade do seu desenvolvimento no sentido do afastamento de qualquer tentativa de monopolização da técnica pela tradição sofística, será, sem esforço, que se conclui a insuficiência desse dualismo para se pensar o papel vital da técnica ao longo da história do processo de individuação (incontornável,

sobretudo, quando relativa ao processo de hominização), uma história, que, como foi demonstrado, é também ela técnica. Nesse sentido, a superação dos dualismos contidos na oposição entre *anamnésis* e *hypomnésis*, e a exploração da saliência do papel da técnica e a atribuição do dinamismo da sua interferência (ferimento do corpo inicial da individuação indistinto em *ecceidades*) e da sua indispensabilidade para se pensar a individuação, encontra uma via de contorno e de superação em Jacques Derrida. Em Derrida, tal como, posteriormente actualizado em Bernard Stiegler, subscreve-se uma nova modalidade de pensamento da técnica enquanto *hypomnématon*, a qual contesta a oposição constituinte entre Ser e técnica, do mesmo como que se rejeita o aproveitamento que consiste a declaração da acessibilidade sem fissuras da memória do Ser, promovida pela tradição sofística (Derrida, 1967; Stiegler, 2007, 2010a, 2010b). A nova modalidade de pensamento da técnica, não recuando ante a consideração da *anamnésis* como memória original do Ser, como ante a consideração de um inevitável sentimento de perda, uma vez que a memória, como todo o objecto de desejo é, desde logo, um objecto perdido, e que, por isso faz falta, não se inibe de formular a *hypomnésis* e os *hypomnémata* como tentativas de actualização da reminiscência do Ser, inscritas no curso do processo de *gramatização* em que a *anamnésis* e a *hypomnésis* se transmutam na *ressonância interna* das estruturas do Ser (Stiegler, 2010a, 2010b). A técnica, ao mesmo tempo que torna a individuação pensável, dando conta dos seus esforços num corpo estriado e ferido em artefacto, funciona para o Ser como estrutura de recordação do desejo, da falta da sua origem – do desejo de saber, do amor à sabedoria.

A conclusão da técnica como *pharmakon*, torna acessível a antecipação de duas modalidades globais de afectação do regime de individuação, na sua relação com o plano da imanência, ou seja, duas vias possíveis do corpo radical da individuação (situado no plano da imanência) se desdobrar em órgãos, ao longo da sua designação como corpo técnico, as quais corresponderão a duas configurações globais de um corpo tornado órgãos, a saber: (i) corpo de desejo e (ii) corpo transtornado. Assim, a ambivalência irreductível da técnica como *pharmakon*, ao reforçar a individuação e os seus produtos não como dados ou atributos, mas como realidades de potenciais, faz denotar que a qualidade associativa dos meios e o cumprimento da vitalidade do sistema de individuação dependerá da orientação da socialização da técnica, sendo que (ii) a socialização da técnica pela via do desejo favorecerá a inscrição do corpo técnico numa *organologia geral*, conservando-o como *corpo de desejo*, enquanto que (i) a socialização da técnica pela via pulsional (tóxica), não suportando uma mediação simbólica com o plano da imanência, através do lançamento e da condução de circuitos *trans-individuantes* entre os três níveis organológicos da individuação, permitindo a *meta-estabilização* das suas afinidades e dos seus produtos (*co-individuação*), de modo a dirigi-los para a individuação e transmissão do fundo mnésico simbólico e cultural colectivo (património *epifilogénico*), terminará na desarticulação dos órgãos artificiais da individuação e desestabilizando os níveis organológicos, fazendo precipitar um *corpo transtornado* (ii).

Para se compreender melhor a proposta anterior, de seguida, procurar-se-á identificar, descrever e caracterizar, globalmente, as tendências de socialização da técnica ao longo do processo de *gramatização*, e os principais momentos histórico-culturais que as ilustram, com a finalidade de destacar a sua interferência no sentido e na direcção da socialização do corpo técnico.

4. A proletarização do corpo técnico: *bêtise* e ruína do desejo

A consideração da estrutura farmacológica da técnica, demonstrada na sua designação como *hypomnématon* e, logo, como *pharmakon*, e a sua consequência em duas configurações globais⁷ do corpo técnico [*i.e.*, (i) corpo de desejo *versus* (ii) corpo transtornado], alertam, intensamente, para a necessidade de prescrição de uma terapêutica que regule os níveis de toxicidade, e que promova um bom uso dos *pharmaka*, no sentido de conservar a técnica como preservação (reminiscência e recordação) do desejo (energia humana), do saber e da memória.

Todavia, se por um lado, o devir técnico já se confirmou, ao longo do processo de *gramatização*, como especialização do humano e do social, e como operador indispensável à conservação e à transmissão do património *epifilogénico*, associando-se como exemplo incontornável o estágio de *gramatização* relativo aos *hypomnémata* alfabéticos (*e.g.*,

⁷ Note-se que a proposta de duas configurações globais do corpo técnico, decorrentes da orientação da socialização da técnica (na singularidade da sua articulação com o plano da imanência), apenas preenche totalmente o seu significado e se justifica de um ponto de vista analítico, irremediavelmente, limitado. Trata-se, então, de providenciar uma estrutura compreensiva dos principais constrangimentos e das possíveis dinâmicas do corpo de individuação, especializado em órgãos, se relacionar, através da mediação, com o plano da imanência, e de problematizar a agenda de modos globais de aproximação para o cumprimento da vitalidade do sistema de individuação.

escrita como *hypomnèmaton* alfabético de referência), por outro lado, nos últimos desenvolvimentos da história da relação do indivíduo com a técnica, o devir técnico tem-se vindo a confirmar, progressivamente, como perda de saber (Stiegler, 2010a, 2010b). Contudo, a perda de saber que os últimos estágios do processo de *gramatização* têm processado, é, em tudo, distinta daquela que está prevista, sem surpresa, na consideração da técnica como artificialização e exteriorização da memória do Ser, tratando-se, antes, de uma perda que se refere à destruição e privação sistemática do saber (*bêtise*) e à ruína do desejo, o mesmo será dizer, uma perda de memória que descreve o processo de *gramatização* como *proletarização* (Stiegler, 2006, 2010a, 2012a).

A orientação dominante da socialização da técnica nas sociedades ocidentais, ao invés, de ter dado lugar à elaboração de novos modos de vida, e a práticas de cuidado e de cultivo do *logos*, tem convergido, em obediência à agenda do capitalismo financeiro, no sentido da acentuação crescente dos processos de racionalização (ou *desencantamento*) e de dessublimação do real, mais, tem-se dirigido no sentido do consentimento e na instalação generalizada da incapacidade estrutural e funcional dos indivíduos transferirem, através de uma mediação técnica efectiva, a energia investida num objecto psíquico para um objecto social (a relação transaccional que permite que um objecto psíquico se individue colectivamente) (Stiegler, 2006, 2012a, 2012b; Valéry, 1978). A conversão da *gramatização* em *proletarização*, consente como única inspiração o desespero e a asfixia do desejo, o limite da incapacidade de transformação das pulsões em força e dinamismo sociais e em desejo criador, restando o entorpecimento de individações impossíveis e a sua miséria simbólica.

A proletarização do sujeito psicológico, enquanto perda de memória e de saber, e do desejo, tem-se traduzido, sobretudo, ao nível da acentuação da clivagem entre as figuras do *produtor* e do *consumidor*, ou seja ao nível da descontinuidade entre processos e produtos da relação do indivíduo com a técnica, implicando a erosão e, até, a desvalorização da memória e da conflitualidade da relação do indivíduo com a técnica, contada nas diferentes fases do acto produtivo (Senett, 2008; Simondon, 2006). A este propósito, a evolução do estatuto da relação do indivíduo com a técnica - de resto, altamente influente na determinação das configurações possíveis do corpo técnico -, ao longo do processo de *gramatização* pode ser, sob um ponto de vista analítico, sistematizada, no seguinte quadro de evolução de estatutos: *produtor - consumidor - mercadoria* (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009; Stiegler, 2010b). A síntese compreensiva da evolução dos estatutos do sujeito psicológico com a técnica, reporta-se, acima de tudo, a três momentos estruturais de privação de saberes (*savoir-faire*, *savoir-vivre* e *savoir-théoriser*), inseparáveis do processo de industrialização, os quais, por uma razão de economia discursiva, serão apresentados sucintamente, através da descrição das principais afinidades constitutivas, como se segue.

O primeiro momento, globalmente designado por *proletarização* do produtor, encontra expressão na estabilização da sociedade industrial na Europa Ocidental, entre a segunda metade do séc. XVIII e os finais do séc. XIX, cuja extremidade mais significativa de evolução se situou na adopção e na generalização da divisão *taylorista* do trabalho e na *standardização* das unidades de fabrico e de produção industrial (*fordismo*); processo de industrialização assente na fragmentação das cadeias de produção, que instaurou a descontinuidade ao nível das funções e dos processos de produção e transferiu o saber para a máquina, tendo privado o sujeito psicológico do seu *savoir-faire*, e limitado os circuitos de individuação com o meio, o mesmo será dizer, tendo produzido meios dissociativos (Rifkin, 1996; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). De facto, a deslocação da máquina como principal força produtiva, e ponto central da cadeia de produção, e a consequente discretização e espacialização do gesto do *produtor* pela máquina, tendo em vista a sua reprodutibilidade (*gramatização*), funcionaram tanto como transferência e extensão de saber, como privação de saber (*savoir-faire*) e da sua acessibilidade no regime de individuação da relação com o trabalho, na medida em que contribuíram para a promoção da distância entre o acto de produção e o recurso à técnica (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

O segundo momento, globalmente designado por *proletarização* do consumidor - associado à emergência da sociedade de consumo -, compreendido entre os finais do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX, surgiu como resposta à *queda tendencial da taxa de lucro* (cf. Marx, 1859/1970), *i.e.*, a consequência do decréscimo da rendibilidade do investimento, que se traduziu, de modo global, no aumento do *capital fixo* (meios de produção) e no correspondente decréscimo do *capital variável* (trabalho assalariado), donde resultou a ruptura do limite de produção e a necessidade de escoamento de excedentes (Gorz, 1989; Stiegler, 2006). Uma situação que apenas foi contornável através da fundação da *economia libidinal*, a qual apropriando-se da libido como a sua principal energia, instrumentalizou-a no sentido da sua canalização para objectos de consumo, tendo em vista despertar, captar e manipular o desejo dos consumidores, moldando-os à necessidade de absorção de excedentes da produção industrial. Contudo, a expressão endémica da *eco-*

nomia libidinal, apenas encontrou condições para uma expressão hegemónica, no quadro da emergência do *marketing* e das *indústrias de programas* [*máquinas desejantes* (cf. Deleuze & Guattari, 1980), e das suas prescrições, as quais converteram imperiosamente, os *hypomnémata* digitais (e.g., rádio, televisão) em dispositivos de controlo da vida do espírito e em dispositivos ao serviço da adaptação ao *deserto*, privando o consumidor do seu *savoir-vivre* (Arendt, 1966/2005; Deleuze, 1990; Stiegler, 2006). A absolutização da figura do *consumidor*, e a sua redução a um poder de compra, e a consequente privação do seu *savoir-vivre*, resumem-se na incapacidade de participar activamente e criticamente na selecção e adopção de vias inéditas de relação com a *realidade pré-individual*, e de organização de novas consistências (relação da técnica com o plano da imanência) (Stiegler, 2010a); embrutecido em individações impossíveis, o indivíduo (*consumidor*), ignora a possibilidade re-elaborar novos modos de vida, e, logo, de prescrever um uso dos *pharmaka* que contrarie e que regule os seus efeitos tóxicos e adictivos, enfim, o comportamento do consumidor – agora, infinitamente, distante do produtor –, torna-se estruturalmente pulsional.

O terceiro momento, situado entre a segunda metade do séc. XX e a contemporaneidade, surge como consequência da acentuação da clivagem entre as funções de produção e de consumo, em que mais do que o seu afastamento, coloca-se em evidência o seu irreconhecimento: as figuras do *produtor* e do *consumidor* tornam-se estranhos para um sujeito reduzido ao estatuto de *mercadoria* de consumo (*commodification*) (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009). Um desenlace previsível, quando se considera a agudização da actuação do capitalismo financeiro, que, suportado pelo modelo consumista, especialmente desde o último quartel do séc. XX, se tornou, insuportavelmente, tóxico e auto-destrutivo, uma vez que toda a sua dinâmica se concentra (ou melhor, depende) no desvio sistemático do desejo e na sua canalização em função de bens e de serviços (economia de serviços), que, em correspondência com a satisfação do *valor de mercado*, termina por destruir as estruturas e os processos de sublimação, sendo este último excesso designado por hiperconsumo (Stiegler, 2010b, 2012a). O hiperconsumo está, assim, associado àquilo que Bernard Stiegler propõe como a *infidelidade do meio*, visto que, a exigência da separação industrial das funções de produção e de consumo, e consequente privação da memória e dos saberes (*savoir-faire* e *savoir-vivre*) do acto produtivo, associado à afirmação de que tudo se pode comprar, que tudo se pode consumir e que, por isso, tudo é mercadoria, incentivam junto do indivíduo o sentimento de descartabilidade, generalizado a todas as esferas de vida, esvaziando-o, sem medida, da sua humanidade e de toda a sua singularidade; o meio, também ele consumido, trai qualquer expectativa de conservação de irredutibilidade dos objectos simbólicos (promotores do sentimento de pertença e de coerência sistémica), submetendo-os aos ritmos de produção massificada que *curto-circuitam* os tempos e as práticas culturais da sua transmissão inter-geracional (bloqueio dos circuitos *trans-individuantes* entre os três níveis organológicos do sistema de individuação: individações impossíveis), estabelecendo como regularidade a ruptura das referências normativas colectivas e especializando o sistema de individuação organização de indivíduos desafectados (Stiegler, 2006; Stiegler, Giffard & Fauré, 2009).

As orientações da sociedade do hiperconsumo, através da infidelidade dos seus meios e da produção de *externalidades negativas* (cf. Stiegler, 2010a), expõem o indivíduo a níveis impensáveis de toxicidade, demonstrando uma incapacidade estrutural e funcional de desenvolver práticas de cuidado (*techniques de soi*), que regulem e inspirem a valorização das singularidades e o desenvolvimento de uma postura de atenção e de solicitude, capaz de contrariar o colapso do sistema de motivações (anteriormente associado e preservado pela *economia libidinal*). A assumpção e a condescendência deliberada face ao carácter altamente especulativo do capitalismo financeiro e, imagine-se, a sua recomendação, concentra todas as perspectivas de desenvolvimento económico e social na recusa do compromisso e do investimento (*deséconomie* ou *economia de casino*), instaura um ritmo imparável de difusão de sentimentos de ausência e de irresponsabilidade (*la loi du marché*), determinando o estabelecimento da *sociedade da incúria*, cuja insolvência compromete a confiança e a viabilidade de um futuro social (*co-individuação*).

Contudo, os recentes avanços do processo de *gramatização*, desde a última década do séc. XX, têm proposto uma nova ordem de *pharmaka*, designados *hypomnémata numéricos* (e.g., plataforma web 2.0), que distintos dos *hypomnémata digitais*, correspondem, globalmente, à emergência das *sociedades reticulares*, i.e., sociedades em que os processos de socialização são inseparáveis de uma agência contextualizada pelas tecnologias relacionais (*tecnologias R*), as quais, por sua vez, são capazes de organizar redes numéricas (redes sociais tecnologicamente mediadas, cujo caso mais expressivo é o do *facebook*), e de elaborar uma alternativa consistente à oposição funcional entre *produtor* e *consumidor*, a partir da definição da figura do *contribuinte*, que apela a um Ser-em-individuação, que no recurso aos seus saberes (articulação entre os órgãos artificiais do sistema de individuação), interfere na construção, adopção e selecção de vias criativas de acesso à *realidade pré-individual* (circuitos *trans-individuantes* absolutamente longos) (Stiegler, 2012a, 2012b).

Todavia, a marcha incessante de procura de lucro e de rendabilidade, agora fundada na noção de capital de risco, tem também, colonizado este novo estágio de *gramatização* pelas prescrições do *marketing*, das indústrias de consumo e da economia de serviços, socializando os *hypomnémata* numéricos pela sua via pulsional, tóxica e adictiva. A constituição do *capitalismo cognitivo* é um exemplo claro dessa actuação, em que a velocidade dos *hypomnémata* numéricos, expressa pela *hipermaterialidade*⁸, é colocada ao serviço da solicitação das pulsões (pois, já nada mais resta) e à sua conversão em poder de compra, destruindo a atenção e a memória do consumidor, ocupando e esgotando os recursos cognitivos disponíveis (*i.e.*, *les temps de cerveaux disponibles*) (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009; Stiegler, 2012a). A *proletarização* das estruturas cognitivas superiores, a última infidelidade do hiperconsumo, representa a ruína do desejo e do investimento sob todas as formas, na justa medida em que recusa ao indivíduo o desenvolvimento de uma postura crítica face ao mundo, recusa-lhe o estatuto de sujeito epistémico, associado à capacidade de construção de estruturas poiético-estéticas de ordenação do real, enfim, priva-o do seu *savoir-théoriser* (Stiegler, 2012a).

5. Conclusão

Retomando o tema central de discussão deste trabalho, o qual pode ser enunciado como a problematização das modalidades de afectação e de configuração do corpo tornado órgãos (corpo técnico), chega-se à conclusão de que o sentido e a direcção da socialização da relação histórica com a técnica, ao longo do processo de *gramatização*, tem decorrido no sentido da desarticulação dos órgãos artificiais (objectos técnicos). Imerso no reino da *bêtise* (*i.e.*, privação do *savoir-faire*, do *savoir-vivre* e do *savoir-théoriser*) e do calculável, o corpo técnico, incapaz de se desdobrar em fases (*déphasage*) numa *organologia geral*, vê os seus ritmos de composição apoderados pelas *máquinas desejantes*, que curto-circuitam em lógicas de curto-prazo, a individuação num fundo mnésico/simbólico/cultural, vê-se privado da sua capacidade criativa fundamental, de construção de vias inauditas de *meta-estabilização* das significações pessoais e colectivas (*co-individuação*); a vitalidade do corpo técnico é deposta, os órgãos desarticulados (sem possibilidade de um legado incalculável: miséria simbólica), configuram um *corpo transtornado*, e consumido em individuações impossíveis.

Deste modo, um dos contributos deste trabalho, situa-se na demonstração da urgência da adopção de um nova vontade cultural, social e política, que contrarie a privação generalizada de saberes (*bêtise*), de atenção e de memória⁹, e que assente no relançamento do desejo e da vida do espírito, seja capaz de confirmar o corpo técnico como *corpo de desejo* (organologia geral). Essa nova vontade revê-se e encontra condições de expressão naquilo que Bernard Stiegler designa por *modelo da contribuição*, um modelo económico e social que a partir da instituição da figura do *contribuinte* e da fundação de uma *ecologia relacional* (prescrição de uma terapêutica para os uso dos *pharmaka* - socialização pela via do desejo), esclarece o devir técnico como um futuro social (Stiegler, Giffard & Fauré, 2009; Stiegler, 2010a). Com efeito, será, somente, na reunião de esforços para a adopção do *modelo da contribuição*, a partir da manutenção de uma *ecologia relacional* no contexto das *sociedades reticulares*, orientada para convocação de uma política industrial do espírito (*ars industrialis*), e para a instituição de redes de partilha de saberes, que será possível configurar meios pessoais e colectivos de questionamento e de problematização dos produtos do processo de socialização, ou seja, de aceder a uma postura crítica e complexificante da relação com o mundo. Será na re-orientação do uso dos *hypomnémata*, e na restituição dos processos e das estruturas de sublimação do *real*, que o sistema de individuação poderá alcançar o seu revigoramento, e que os seus órgãos em articulação poderão prometer novos *equilíbrios meta-estáveis*, fundando práticas de cuidado que configurem o corpo tornado órgãos (corpo técnico), como *corpo de desejo*.

Bibliografia

Auroux, S. (1994) – *La révolution technologique de la grammatization: Introduction à l'histoire des sciences du langage*. Paris: Mardaga.

⁸ Contrariamente a uma acepção popular da *hipermaterialidade*, está não se reporta à oposição ou ruptura com a matéria (imaterialidade), mas, pelo contrário, corresponde à invisibilidade da matéria permitida pelos avanços da *tecnociência* [*temps-de-carbone* vs. *temps-de-lumière* (cf. Stiegler, Giffard & Fauré, 2009)].

⁹ Note-se, que não se deverá confundir a privação da memória (operada pelo *capitalismo cognitivo*), com o esquecimento, pois, o esquecimento consiste na manifestação do desejo pelo objecto originalmente perdido (Stiegler, 2006).

- Combes, M. (1999) – *Simondon, individu et collectivité*. Paris: Presses Universitaires de France.
- De Landa, M. (2001) – *Deleuze and the use of genetic algorithm in architecture. Between Bladerunner and Mickey Mouse: New Architecture in Los Angeles Exhibition*, Madrid, Spain.
- Debaise, D. (2004) – Le langage de l'individuation. *Multitudes*, 4, 18, 101-106.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1972) – *Capitalisme et schizophrénie: L'anti-Oedipe*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1980) – *Mille plateaux: Capitalisme et schizophrénie*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1991) – *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Les Éditions de Minuit.
- Deleuze, G. (1990) – *Pourparlers*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- Derrida, J. (1967) – *De la grammatologie*. Paris: Éditions de Minuit.
- Gorz, A. (1989) – *Critique of economic reason*. London: Verso.
- Klein, N. (2008) – *The shock doctrine: The rise of disaster capitalism*. New York: Metropolitan Books.
- Leão, I. (2011) – *Individação, técnica e desejo: Oportunidades e riscos a partir de um ponto de vista da psicologia crítica*. Tese de Mestrado, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Leroi-Gourhan, A. (1945) – *Milieu et techniques*. Paris: Albin Michel.
- Leroi-Gourhan, A. (1964) – *Le geste et la parole*. Paris: Albin Michel.
- Marx, K. (1859/1970) – *A contribution to the critique of political economy*. New York: International Publishers.
- Rifkin, J. (2006) – *The end of work. The decline of the global labor force and the dawn of the post-market era*. New York: G. P. Putnam's Sons.
- Senett, R. (2008) – *The craftsman*. New Haven: Yale University Press.
- Simondon, G. (1964) – *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Simondon, G. (1989a) – *L'individuation psychique et collective: À lumière des notions de forme, information, potentiel et métastabilité*. Paris: Aubier.
- Simondon, G. (1989b) – *Du mode d'existence des objets techniques*. Paris: Aubier.
- Simondon, G. (2006) – Mentalité technique. *Revue philosophique*, 3, 343-357.
- Simondon, G. (2010) – *Communication et information. Cours et conférences*. Chatou: Les Éditions de la Transparence.
- Stiegler, B. (1994) – *La technique et le temps : La faute d'Épiméthée*. Paris: Éditions Galilée.
- Stiegler, B. (2006a) – *Réenchâter le monde: La valeur esprit contre le populisme industriel*. Paris: Flammarion.

Stiegler, B. (2006b) – Chute et élévation. L'apolitique de Simondon. *Revue Philosophique de la France et de l'étranger*, 3, 131, 325-341.

Stiegler, B. (2007) – Questions de pharmacologie générale : Il n'y a pas de simple pharmakon. *Psychotropes*, 3, 13, 27-54.

Stiegler, B. (2008a) – *Téléologique de l'escargot*. V. <http://arsindustrialis.org/node/1866>

Stiegler, B. (2008b) – *Prendre soi : De la jeunesse et des générations*. Paris: Flammarion.

Stiegler, B. (2010a) – *Ce qui fait que la vie vaut la peine d'être vécue. De la pharmacologie*. Paris: Flammarion.

Stiegler, B. (2010b) – *For a new critique of political economy*. Cambridge: Polity Press.

Stiegler, B. (2012a) – *États de choc. Bêtise et savoir au XXIe siècle*. Paris: Mille et Une Nuits.

Stiegler, B. (2012b) – *L'école, le numérique et la société qui vient*. Paris: Mille et Une Nuits.

Stiegler, B., Giffard, A. & Fauré, Ch. (2009) – *Pour en finir avec la mécroissance. Quelques réflexions d'Ars Industrialis*. Paris: Flammarion.

Valéry, P (1978) – *La crise de l'esprit*. Paris: Gallimard.

Virno, P. (2004) – Les anges et le général intellect. L'individuation chez Dun Scot et Gilbert Simondon. *Multitudes*, 4, 18, 33-45.